

As aspirinas do Doutor Funaro

Uma cidade contra o pacote

Pela moratória nuclear

JUNHO DE 1986 - N.º 19

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES

Cz\$ 2,00

*“Eu quero registrar aqui a morte do
companheiro João Honório, que foi
morto no final de dezembro por policiais
de Conceição do Araguaia.”*
Padre Josimo M. Tavares, um ano e meio antes
de ser por sua vez assassinado (pg. 5).

PT BOLETIM NACIONAL

“Tenho muitas dúvidas na cabeça...”

“...fui demitido duas semanas depois, por justa causa, e perdi todos os meus direitos de nove anos de trabalho no centro de pesquisa. Eu era presidente da Associação Cultural do Departamento, tinha publicado um trabalho sobre Camões e meu nome ia sair como co-autor da tese de mestrado de um engenheiro,... tenho muitas dúvidas na cabeça. Queria saber até que ponto vamos ter que continuar aceitando que destruam nossas vidas, nossos sonhos e continuaremos não dizendo nada. Quero ser livre, e viver minha vida e assumir meus erros, quero ser julgado por Deus e não pelos homens.”

Antônio Dias, MG

Cartas

nas páginas

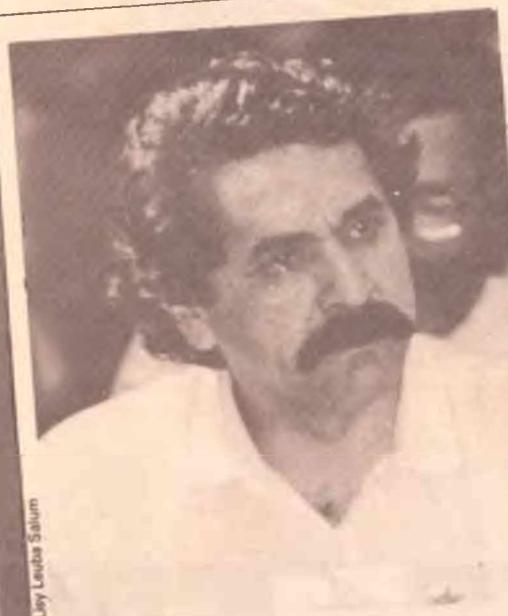
13, 14 e 15.

Um governo manchado de sangue

VEREADOR DO PMDB É O MANDANTE DO CRIME

Mais um petista foi assassinado. O padre Josimo Moraes Tavares, principal organizador dos sem-terra na região do Bico do Papagaio. Sua liquidação foi organizada pelo vereador do PMDB, Osmar Teodoro da Silva, conforme denúncia minuciosa do próprio irmão, o fazendeiro João Teodoro da Silva. Mas o grande culpado é o governo. Culpado no mínimo por omissão e negligência, pois foi advertido repetidas vezes sobre a escalada dos fazendeiros e avisado que o padre Josimo havia sido marcado para morrer.

Reportagem sobre o assassinato do Padre Josimo Na pg.4



Olívio Dutra, da Executiva Nacional,
dirigindo uma sessão do Encontro Nacional.

NOSSO ENCONTRO NACIONAL

Em oposição à Aliança Democrática
pela liberdade sindical e
por uma Constituição Popular.

A Articulação vence de novo, por larga margem e é reafirmado o caráter do PT, como partido de massas, aberto, democrático e socialista, e não como frente de organizações. O direito de tendência é reconhecido, desde que não seja violada a disciplina partidária. Lula é conduzido mais uma vez à presidência. O Diretório Nacional é ampliado para 80 membros. Um Encontro que marca o amadurecimento do Partido. Informe completo nas páginas 8 e 9.

1 As classes dominantes têm que escolher entre administrar uma "aspirina social" ao país ou então "comprar a paz social mais duradoura", ao preço de um imposto adicional de 10% sobre sua renda.

A advertência acima sintetiza o espírito de um documento de 280 páginas, entregue ao governo no mês passado pelo sociólogo Hélio Jaguaribe. O estudo - encomendado pelo Planalto - reflete a apreensão da Nova República com o futuro, já que não dispõe de um projeto de governo capaz de capitalizar a trégua proporcionada pelo cruzado.

2 Mais contundente que o PND (Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado pelos peemedebistas), no que se refere ao diagnóstico das misérias do país, o trabalho encomendado a Jaguaribe (intitulado "Para um Novo Pacto Social") é também um reflexo da falência programática do PMDB. O partido despiu-se de suas bandeiras e funciona hoje como simples timoneiro dos interesses dominantes. Mas é o timoneiro sem mapa de navegação confiável, razão pela qual o núcleo de poder da Nova República - Sarney, Marco Maciel e outros remanescentes da ditadura - busca articular intelectuais conservadores para a elaboração de um projeto de governo.

3 A proposta de Jaguaribe no entanto é frouxa, diante do quadro explosivo que ela mesmo constata no país. Como a revolução social é "indesejável" e reformas radicais são impensáveis, "pois o empresariado não poderia suportá-las", o documento finda propondo que as classes dominantes "comprem a paz social". Ela custaria algo como US\$ 6 bilhões ao ano, obtidos via impostos adicionais; dedução no pagamento da dívida externa, etc. E seria compatível com a ampliação dos gastos sociais a uma taxa de 12% do PIB, contra 10% atualmente. Igualmente, o estudo acredita que isso seria suficiente para minorar o perfil da distribuição de renda no Brasil - que ele mesmo aponta como o pior do mundo. Pior do que o do Nepal ou o do Quênia. Lá os 10% mais ricos têm 46,5% e 45,8% da renda,

respectivamente. Aqui, eles monopolizam 50,6% das riquezas. E apenas 1% da população tem acesso a uma fatia de renda (13%) equivalente àquela disputada pela massa de 50% dos habitantes. Em resumo, segundo o documento, 65% dos brasileiros vivem entre a miséria absoluta (renda até um salário mínimo) e a pobreza extrema (até 2,5 salários). Razão pela qual "é inviável a simples manutenção do status quo". Assim como é desprezível a eficácia da "aspirina social" proposta pelo PMDB no atual plano de governo.

4 Os economistas mais conscientes do PMDB sabem que estão numa corrida contra o relógio e reconhecem a inexistência de um plano que dê sustentação ao governo, quando acabar a trégua do congelamento. Por isso, nos gabinetes da Fazenda, por exemplo, busca-se ansiosamente formas de alavancar capitais para viabilizar um novo ciclo redentor de expansão econômica. Ou seja, uma forma de empurrar o capitalismo para frente, para que não exploda. Esse esforço, porém, esbarra em obstáculos e interesses nada desprezíveis.

As aspirinas do Dr. Funaro

O Governo busca um projeto para quando acabar a trégua do congelamento.

5 A falência financeira do Estado brasileiro - que o plano cruzado acentuou - é um deles. O governo gasta hoje mais de 40% de tudo o que arrecada para pagar juros de sua dívida interna e externa. Setores estratégicos sob sua responsabilidade, como o siderúrgico e o elétrico estão virtualmente quebrados - a receita não paga os juros de uma dívida de dezenas de bilhões de dólares. Por isso o Estado é incapaz de assumir a liderança na retomada dos investimentos.

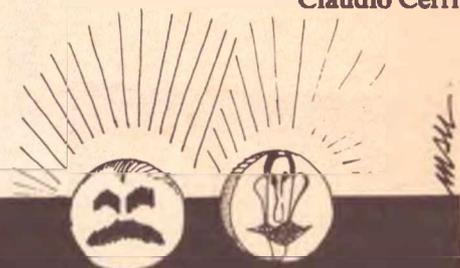
6 A saída seria renegociar duramente a dívida externa - hipótese por quanto desprezada nos altos escalões. Outra opção seria adaptar o sistema financeiro para que ele se tornasse de fato um aglutinador de poupanças privadas, capaz de financiar com dinheiro farto e barato um novo ciclo de desenvolvimento. Os bancos, porém, mostram-se incompetentes para isso. Possuem uma estrutura faraônica, que encarece os empréstimos; não têm a confiança dos aplicadores e estão voltados para um horizonte de curto prazo, quase especulativo.

7 Vários países resolveram esse problema estatizando o sistema financeiro, reformando-o para alavancar a economia. Na Nova República, porém, sob alegação - em parte procedente - de que seria encampar um elefante branco, nem se pensa no assunto. Em compensação, aceita-se alimentar o insaciável elefante branco sem ter o seu controle... É o que vem ocorrendo com a gradativa aprovação pelo governo de um plano de 22 itens, minuciosamente elaborado pelos banqueiros, cujo objetivo é recompor os níveis escandalosos de rentabilidade do setor, prejudicados em parte com o fim da correção monetária. Vários pontos do plano já foram atendidos (cobrança de serviços bancários; maior autonomia nas aplicações; cumplicidade oficial com demissões maciças, etc.) e outros estão a caminho.

8 Mas os banqueiros querem mais. Querem, principalmente, arquivar a idéia de uma reforma bancária, que implicaria na abertura do mercado aos bancos estrangeiros; num aumento da concorrência setorial; na desvalorização das cartas-patentes (autorizações para operar no setor, que custam, no mínimo, US\$ 12 milhões cada), etc. Para sabotar essas mudanças, eles colocaram um aliado certo no lugar certo: o Sr. Fernão Bracher, ex-funcionário do Bradesco - que despacha diariamente por telefone com Amador Aguiar - e que ocupa a presidência do Banco Central, muito cioso de sua missão.

9 Entre a "aspirina social", embutida no PND, a "paz comprada" de Jaguaribe e as reformas sabotadas a Nova República navega à deriva. A euforia do cruzado por enquanto a tudo encobre. Mas os técnicos oficiais mais articulados sabem que a atual calmária vai se esgotar em poucos meses. E que a ela sucederá um esgarçamento cada vez maior dos partidos e facções que sustentam o regime. Os primeiros estilhaços dessa implosão já podem ser observados no quadro eleitoral deste ano. Mas é só começo.

Claudio Cerri



A Nova República já sujou o colarinho

De como a bancada federal do PMDB gaúcho interferiu para livrar o grupo EDEL de sua dívida de Cz\$ 239 milhões, oriunda do escândalo Sul-Brasileiro

Como se não bastasse a sangria da Nação brasileira com o pagamento de 10 bilhões de dólares por ano de juros da dívida externa contraída pelos militares sem nenhum benefício para o povo, nós brasileiros ainda temos que conviver com os impunes saques promovidos por ladrões de colarinho branco, como os escândalos da Delfim e Coroa Brastel e que continuam ocorrendo em plena "Nova República".

Neste momento, mais um crime contra o patrimônio público

está sendo executado, após a liquidação extrajudicial dos grupos Sul Brasileiro e Habitasul, decretada pelo Banco Central em 1985.

O principal credor da dívida da massa líquida é o Banco Nacional da Habitação e o principal devedor, um cartel dirigido por Hélio da Conceição Fernandes Costa, acionista e diretor do grupo EDEL, um dos impérios da construção civil do Sul do País.

O ex-liquidante da Sul Brasileiro Crédito Imobiliário em São Paulo, Lucas Pirajá de Oliveira Rosa, funcionário do BNH, ao depor na CPI do Sistema Bancário denunciou os crimes praticados pelos ex-administradores da Sul-Brasileiro em conluio com empresários da construção civil (dentre os quais destaca-se o grupo EDEL) e entrou com várias ações judiciais visando à punição dos culpados e ao ressarcimento do dinheiro público. Ou seja, cumpriu a lei.

Neste País quem denuncia empresário passa de acusador a réu!

Imediatamente o grupo EDEL e a Associação das Empresas Financiadas foram procurar seus amigos na bancada federal do PMDB do Rio Grande do Sul e empresários "representantes do povo" fizeram coro acusando Lucas Pirajá de "quebra de sigilo bancário e abuso de poder". Lucas refutou as acusações e solicitou ao Ministério Público que as apurasse.

As cartas da bancada gaúcha do PMDB (na verdade cópias ipsis-litteris das cartas dos empresários ao então ministro do Desenvolvimento, Flávio Peixoto) foram assinadas pelo deputado Siegfried Heuser (*), em nome de toda a bancada. Lucas Pirajá entrou com um pedido de explicações junto ao Supremo Tribunal Federal para que cada membro

daquela bancada confirmasse ou não as acusações, visando posteriormente à queixa-crime contra aqueles que venham a confirmar as acusações feitas pela EDEL e assumidas pelo deputado Siegfried Heuser.

O resultado das pressões exercidas pelos empresários e pelos deputados gaúchos foi a exoneração de Lucas, promovida pelo Banco Central. Exoneração que foi aceita pelo BNH (maior prejudicado), através do silêncio do seu presidente, José Maria Araújo.

O novo liquidante, Sérgio Paulo Teixeira de Oliveira, funcionário aposentado do Banco Central, começou a desfazer todo o trabalho de Lucas Pirajá e concluiu com um acordo de cavalheiros com o grupo EDEL, lesando descaradamente a massa liquidante, ou seja, o BNH que é o seu quase único credor.

Em face do "acordo" o BNH entrou com um pedido de Assistência Simples, em resposta ao qual o Promotor de Justiça, Edson Edmir Velho, 4.º Curador de Massas Falidas, pronunciou: "Coitados dos credores. Que belo negócio!"

O "belo negócio" constituiu na transferência de toda a dívida para a COMASA (Construtora Comercial e Industrial S.A. - também do grupo EDEL), empresa falida e, segundo o próprio BNH, de duvidosa reputação no meio econômico-financeiro. A própria COMASA admitiu insu-

ficiência de garantias e o "negócio da China" não especifica se o pagamento, cujo prazo é de 240 dias, deve ser feito em cruzeiros, cruzados, OTN, UPC etc. O próprio Banco Central posicionou-se contra o tal "negócio" (folha 1.142 do processo contra alienação de bens).

Dessa forma, o grupo EDEL está praticamente livre de arcar com sua responsabilidade (239 milhões de cruzados) perante o rombo (927 milhões de cruzados) da Sul-Brasileiro.

O curador requer, ainda, a destituição do atual liquidante e pede que seja dado conhecimento de sua manifestação aos ministros da Justiça e da Fazenda, aos presidentes do Banco Central, do BNH e da CPI do Sistema Bancário, deputado Paulo Mincaroni.

Diante de tal descalabro, clamamos todas as entidades e partidos comprometidos com os interesses do povo brasileiro a exigir a imediata destituição do atual liquidante da Sul-Brasileiro Crédito Imobiliário em São Paulo, Sérgio Paulo Teixeira de Oliveira, e a instalação de inquérito contra o mesmo, bem como a recondução de Lucas Pirajá ao cargo, tudo isso em nome da moralidade e da defesa do patrimônio público.

Admilson Canuto
diretor da Associação dos
Funcionários do BNH (SP)

(*) O deputado Siegfried Heuser morreu recentemente numa pescaria de trutas no Sul da Argentina (Nota do BN).





Mais um crime...

O crime de omissão. É o mínimo que se pode dizer do descaso do Governo frente aos avisos de que o padre Josimo Moraes Tavares era mais um petista marcado para morrer.

A morte do Padre Josimo Tavares, assassinado no último dia 10, em Imperatriz, no Maranhão, a mando de latifundiários ligados à União Democrática Ruralista (UDR) da região do Araguaia/Tocantins, deixou consternados os trabalhadores rurais do Submédio São Francisco. Ele esteve em visita à região atingida pela barragem de Itaparica, no final de janeiro de 1984, atendendo ao convite dos Sindicatos da área, para participar da 6.ª Concentração dos Trabalhadores Rurais Atingidos pela Barragem de Itaparica.

Em sua visita, o Padre Josimo se mostrou espantado ao constatar o fato de que lavradores tinham de utilizar o diesel ou a gasolina para promover a irrigação, "numa área onde se produz tanta energia". "Seria muito mais fácil - dizia ele - usar aquela força que é produzida aqui. Mas tudo isso o Governo faz para dificultar, com certeza, essa vida dos trabalhadores". E concluía o seu pensamento fazendo duras críticas ao governo da época: "Ao invés de auxiliar os trabalhadores, o Governo, pelo contrário, vem é desmobilizar os trabalhadores, afogar os trabalhadores com ás águas".

Durante a manifestação pública que reuniu mais de 5 mil lavradores de toda a área atingida pelo reservatório de Itaparica, o Padre Josimo se referiu à Chesf como a "besta-fera de hoje" e afirmou: "O que está acontecendo aqui não é isolado. A gente veio do Araguaia/Tocantins para dar apoio a essas 7 mil famílias que estão sendo massacradas pela Chesf. Em nossa região lutamos junto com os posseiros, junto com os arrendatários e lá também a política do Governo é a mesma de massacrar o trabalhador".

Violência

Naquela ocasião o Padre Josimo Tavares denunciou a violência reinante na região do Araguaia/Tocantins, certamente denunciando que ele próprio viria a se tornar, mais tarde, o "mártir da Reforma Agrária". Dizia ele: "Em nossa região, no ano de 1983, nós registramos 39 mortes de trabalhadores rurais. Entre esses alguns foram matados pelos próprios policiais. E quero regis-

trar aqui a morte do companheiro João Honório, que foi matado no final de dezembro, por polícias de Conceição do Araguaia".

Existem lá - dizia ele - 3.400 famílias ameaçadas de despejo, 332 casas foram queimadas durante o ano de 83. Tudo isso para implantar o Projeto Carajás".

O Padre Josimo considerava

prova mais evidente do "cangaço moderno" que corre solto na região do Bico do Papagaio, como é conhecida nos meios sindicais a área onde atuou. Essa região compreende o norte de Goiás, o sul do Pará e o Maranhão onde 15 líderes sindicais e 170 posseiros foram fuzilados nos últimos doze meses por pistoleiros profissionais.

da Igreja e do próprio Governo. Um minucioso relato em que pedia ajuda a quem o quisesse proteger foi enviado à Anistia Internacional, em Londres, e uma outra cópia foi entregue ao presidente Sarney por uma comissão da CNBB. O documento, a partir daí, seguiu uma rotina burocrática cuja lentidão não permitiu que as providências solicitadas chegassem a tempo. Até o instante em que o pistoleiro Geraldo Rodrigues disparou a sua pistola Taurus 7.65 contra o indefeso padre, nenhuma providência tinha sido tomada.

Sociedade Nova

O Pólo Sindical do Submédio São Francisco, que reúne os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de 13 municípios, encaminhou telegramas ao ministro da Justiça Paulo Brossard reivindicando "providências enérgicas para o criminoso e o mandante, já conhecidos". Ao mesmo tempo os sindicalistas pedem providências às ameaças que persistem sobre centenas de trabalhadores rurais, líderes sindicais, em todo o país, a fim de evitar novos crimes.

Ao mesmo tempo, os lavradores expressaram a sua solidariedade ao Padre Josimo, em telegrama enviado à Comissão Pastoral da Terra em nome de Dom Hilário Aluísio Pinho, bispo de Tocantinópolis (GO).

Os trabalhadores rurais ainda recordam com pesar as palavras proferidas pelo Padre Josimo Tavares, quando de sua visita à região: "Espero que as águas do São Francisco que vão se misturar com as águas do Araguaia/Tocantins possam trazer a transformação, uma sociedade nova para o Brasil, para a classe trabalhadora do mundo".

Adailson Vêras



Padre Josimo Tavares falando aos trabalhadores rurais atingidos pela barragem Itaparica (29.jan.1984).

o Araguaia/Tocantins um "grande quartel" e apontava como prova disso a prisão dos dois padres, colegas seus, Aristides Camio e Francisco Goriou e mais treze posseiros, que permaneceram presos por 2 anos e 4 meses, pela polícia federal. O Padre Josimo ao fazer essas denúncias em janeiro de 1984, aos lavradores do São Francisco, ainda não sabia que ele viria a ser mais tarde a

Marcado para Morrer

Dia 15 de abril último, o Padre Josimo se convenceu que havia sido escolhido para morrer pelos fazendeiros da região em que trabalhava. Naquele dia o seu jipe Toyota foi alvejado por 5 balas de revólver num atentado que saiu ileso e, logo em seguida, denunciou o fato às autoridades



... e mais outro?

O misterioso assassinio de JOTA

A Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco vem a público denunciar o assassinato de seu ex-diretor e integrante do seu quadro técnico, Josael de Lima, conhecido como Jota, ocorrido no dia 21 de maio do corrente, na cidade de Barra do Rio Grande, na Bahia.

Josael de Lima foi assassinado, cerca de 20:30 horas, por um desconhecido, no trajeto de seu trabalho para casa, com um tiro de revólver, que lhe perfurou o peito esquerdo, ocasionando morte imediata.

Ainda não se pode afirmar o motivo do crime, mas acreditamos firmemente que se trata de

um crime de mando de natureza política. Com efeito, a inexistência de latrocínio em Barra, a escolha do local, a impossibilidade de defesa da vítima o tiro único e certo, a queima roupa, a ausência de testemunhas e o esquema de fuga evidencia um assassinato premeditado e de aluguel. Por outro lado, a existência de conflitos de terra em Barra, o fato de ter sido a vítima um importante orientador ao INCRA de latifúndios locais improdutivos e passíveis de Reforma Agrária, seus contatos recentes com entidades públicas e privadas à respeito do assunto, seu compromisso junto com a Fundação com a luta dos trabalhadores da região

sanfranciscana evidenciam o instante político de sua morte.

Jota era pessoa afável, vivendo para o trabalho e para a família (mulher e seis filhos), razão pela qual não acreditamos em vinganças pessoais.

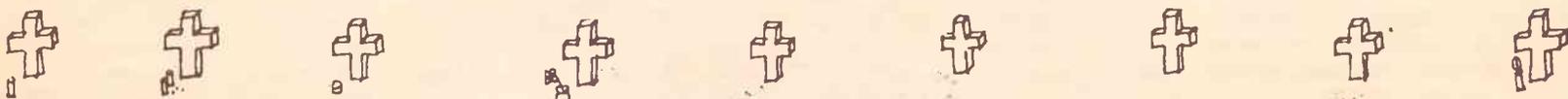
Em face do desaparecimento da Polícia local, a falta de um mínimo de iniciativas (ao que nos consta nem a portaria para a abertura do competente inquérito foi feito; não houve extração da bala assassina para eventual comparação balística etc.), a natureza do crime que acreditamos ligada ao Plano Nacional de Reforma Agrária, nos levam a exigir das autoridades públicas a designa-

ção de um delegado federal para presidir o inquérito e investigar o ocorrido.

Sugerimos às Entidades de Apoio às lutas que reflitam sobre essa ocorrência e enviem notas de solidariedade à família enlutada e telegramas ao Governador do Estado, ao INCRA, ao Ministério da Reforma Agrária, ao Ministério da Justiça, à Presidência da República e outras autoridades, exigindo justiça e seriedade na investigação do fato.

Barra-Bahia, 22 de maio de 1986.

Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (Fundiran)



Uma cidade contra o pacote

Em Criciúma não deu certo

Durante uma semana, Criciúma viveu uma situação de greve geral. A partir da deflagração da greve dos mineiros no dia 11 de maio, foram paralisando os setores do vestuário, calçado, metalúrgico, ceramistas e parcialmente os comerciários, motoristas, papeleiros e coureiros, além dos vigilantes e vigias que estavam em greve estadual, e que conquistaram quase todas as suas reivindicações, inclusive o pagamento dos dias parados.

As passeatas, os atos públicos, os piquetes envolviam os trabalhadores de diversas categorias configurando uma movimentação inédita na região. Cada movimento teve origem em pautas de reivindicações particulares mas que coincidiam fundamentalmente na exigência da reposição das perdas salariais impostas pelo pacote econômico do Governo. Amilton Borges, presidente do Sindicato dos Rodoviários e presidente da CUT regional sul de Santa Catarina expressou assim o movimento que ocorre em Criciú-

ma: "A paralisação geral representa antes de mais nada o repúdio geral de todos os trabalhadores ao pacote. Quiseram enganar o trabalhador brasileiro com histórias e mais histórias, mas aqui não conseguiram. Os trabalhadores já perceberam que o pacote realmente congelou os preços dos alimentos por cima enquanto os seus salários, se não foram reduzidos, foram congelados por baixo mesmo."

A CUT regional jogou papel determinante na deflagração deste movimento, buscando unificá-lo através de um único Comando de Greve, mas teve sucesso apenas parcial uma vez que as diretorias dos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Ceramistas conduziram os trabalhadores de volta ao trabalho sem que nenhuma reivindicação tivesse sido atendida.

Jair Meneguelli, presidente nacional da CUT, esteve em Criciúma e participou de assembleias e reuniões com os trabalhadores e também de um debate sobre o pacote econômico em que demonstrou que a greve de Criciúma e



inúmeras greves que desde abril ocorrem no País marcam "o fim da euforia". E ainda "o que houve foi o congelamento da miséria, a redução salarial e a tentativa de acabar com conquistas anteriores".

A greve geral em Criciúma e as declarações dos dirigentes da CUT demonstraram que os trabalhadores não estão adiando a luta contra os prejuízos do pacote econômico do governo, que cada greve é um estímulo para outras categorias lutarem hoje por suas reivindicações. Foi isto que ocorreu em Criciúma e que expressa a situação do conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Com a presença de Meneguelli, os grevistas lançaram um apelo aos sindicatos e trabalhadores no restante do País para que se solidarizem com a greve e também se mobilizem contra as imposições do pacote econômico do Governo. As contribuições para o fundo de greve podem ser feitas através da conta n.º 2807/X - Banco do Brasil, Criciúma.

Pela moratória nuclear

As usinas nucleares da Angra dos Reis representam um perigo para vinte milhões de pessoas que vivem no eixo Rio-São Paulo.

O desastre nuclear de Chernobyl, na União Soviética, é um exemplo brutal do que representam as usinas nucleares. Dezenas de mortos e feridos, centenas de milhares de evacuados, milhares de pessoas condenadas a viver o resto de suas vidas na angústia de vir a ter cancer, como efeito da radiação a que foram expostas. Essa angústia não se limita a URSS, ela se espalhou pela Europa e por todo o hemisfério norte. O desastre de Chernobyl é o segundo dessa gravidade na URSS (o primeiro foi em 58, na Sibéria) e faz parte de uma longa lista de acidentes nucleares ocorridos em usinas de todo o mundo, entre os quais os mais famosos foram os de Three Miles Island, nos EUA, Tsuruga, no Japão, Fasselheim, na França e Landscale, na Inglaterra, por conta dos quais morreu gente de cancer até hoje.

Chernobyl faz pensar em An-

gra dos Reis. Ali funciona (mal) a usina de Angra I e estão em construção as usinas de Angra II e III. Decididas na época da ditadura militar, sem nenhuma consulta à população, contra a vontade da comunidade científica brasileira, essas usinas representam um perigo não só para a população local como para vinte milhões de pessoas que vivem no eixo Rio-São Paulo. Até os defensores do programa nuclear consideram insuficiente a segurança de Angra I. O Plano elaborado para a evacuação de Angra dos Reis, em caso de acidente, durante anos considerado ultra-secreto, agora já é conhecido: é uma autêntica piada de mau gosto, lento, inadequado e ineficaz.

Os tecnocratas do criminoso lobby nuclear garantem que as usinas de Angra são absolutamente seguras. É o que jurava o diretor da usina de Chernobyl três meses antes da catástrofe.

Numa entrevista à revista Vida Soviética e garantia que era mais seguro trabalhar em Chernobyl do que passear de automóvel. Para o ministro Aureliano Chaves, é como andar de avião...

Ainda que a segurança das usinas de Angra fosse absolutamente perfeita restaria o terrível problema do lixo radioativo. Cada uma dessas usinas produzirá cerca de 30 toneladas anuais de substâncias com uma vida radioativa de milhares de anos, que serão estocadas em piscinas especiais nas proximidades dos reatores, a mercê de enchentes e deslizamentos de terra tão comuns naquela região. Há meses uma enchente destruiu um trecho da Rio-Santos e arrasou o laboratório de controle radiológico da usina. Não é à toa que os índios chamavam a praia onde estão as usinas de Itaorna, o que quer dizer: Pedra Pobre!

Além de perigoso o programa

nuclear é caríssimo - cada usina dessas custa cerca de 3 bilhões de dólares - e totalmente desnecessário, pois o Brasil tem outras alternativas para geração de energia elétrica e tem sido, inclusive, incapaz de aproveitar grande parte da energia que já dispõe, por insuficiência das redes de transmissão.

Nós cidadãos brasileiros livres e conscientes não admitimos que tecnocratas, militares e políticos desvairados, irresponsáveis e muitas vezes corruptos brinquem dessa forma com a vida de milhões de pessoas e com o futuro dos nossos filhos. Chernobyl é uma boa oportunidade para colocar a necessidade da imediata MORATÓRIA DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO. Vamos parar o absurdo enquanto é tempo: por um Brasil sem Three Miles Island nem Chernobyl. **Assembléia Permanente do Meio Ambiente, Rio de Janeiro.**

Jojobas e Baleias

O outro óleo é melhor, não tem ranço, dura mais, aguenta maiores pressões e temperaturas. Mas eles preferem matar baleias.

Este artigo refere-se às duas fontes do mais importante óleo lubrificante do mundo, as baleias e a jojoba.

O óleo de jojoba é muito superior ao da baleia porque não rança, pode ser estocado por dezenas de anos e é fácil obtenção por simples prensagem a frio.

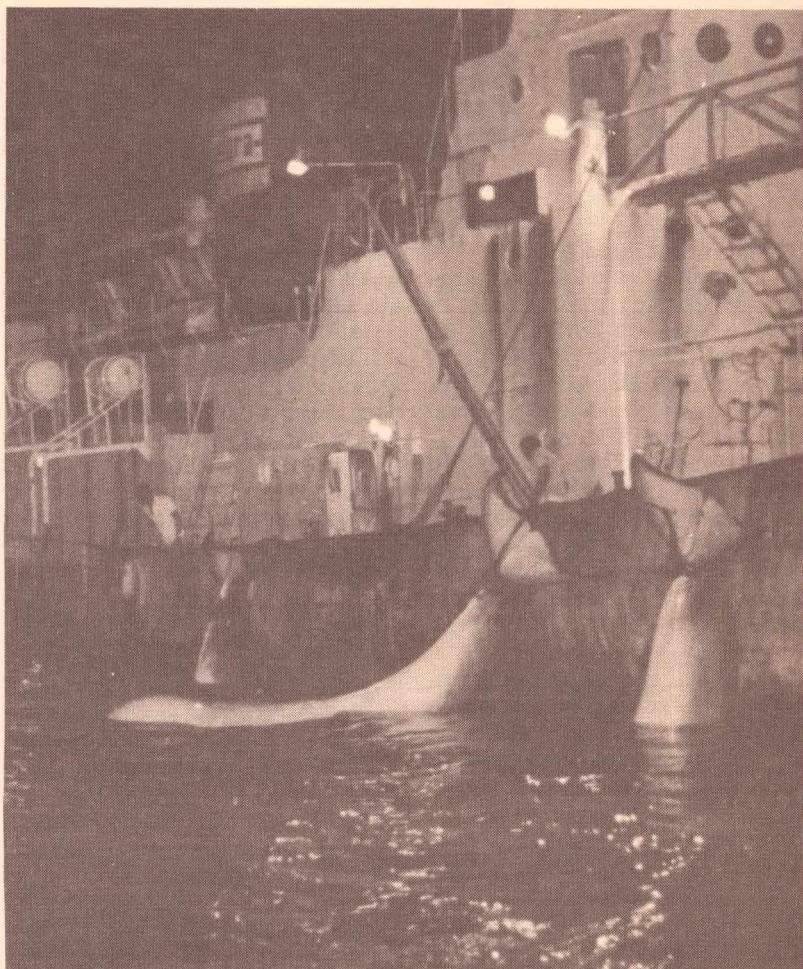
Dois quilos de sementes produzem 1 litro de óleo que já sai puro e do restante da semente podem ser aproveitados 32% de proteína para a alimentação humana e animal.

A jojoba é um arbusto resistente que não precisa de muita água para se desenvolver (72 vezes menos água que a agricultura das regiões úmidas). Plantando-se 4 quilos de sementes por hectare obtém-se 500 quilos de sementes após o 3.º ano de vida da planta, e, após atingir o estado adulto, no décimo ano de vida, obtém-se cerca de 5 mil quilos de sementes por hectare anualmente. E esta produção é garantida até o fim da vida da planta que chega a durar duzentos anos.

A jojoba é plantada em sistema de ruas, à distância de 1,50 por 3 metros. Entre os arbustos podem ser plantados feijão, milho, algodão, mandioca, soja e demais culturas adaptadas à região do semi-árido e do cerrado.

Essa planta também recupera os solos dessas regiões e pode sobreviver a até 3 anos de seca, sem irrigação. Uma planta ideal para tirar o Nordeste da miséria.

O óleo de jojoba suporta altas pressões e altas temperaturas, sendo por essa razão preferido pelas indústrias da informática, eletroeletrônica, aeronáutica, aeroespacial, naval, médica, farmacêutica, cosmética e de alimentos. É o melhor óleo lubrificante co-



nhecido e sem ele os satélites e engenhos espaciais que atualmente viajam para fora do sistema solar não poderiam ter sido lançados.

O óleo de baleia rança facilmente, não pode ser estocado e tem que ser constantemente subs-



Construindo democracia

Arquitetos renovam Federação pelo voto direto

A chapa "Democracia na Prática", encabeçada pelo arquiteto gaúcho Newton Burmeister, venceu as eleições diretas para a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), entidade que reúne sindicatos e associações pré-sindicais de 19 Estados brasileiros. A eleição realizada de 8 a 10 de maio foi a primeira efetivamente direta para escolha da diretoria de uma federação sindical na história do sindicalismo brasileiro. "Democracia na Prática" recebeu 1.269 votos contra 924 atribuídos à chapa 2 "União e Mudança", liderada pelo arquiteto paulista Edilson Eloy de Souza.

Com esta eleição, enfatiza o atual presidente Clóvis Ilgenfritz da Silva, os arquitetos brasileiros superaram, na prática, toda uma legislação autoritária e retrógrada imposta ao sindicalismo no país. Ele lembra que a realização desta eleição foi um compromisso assumido pela atual diretoria, escolhida pela 1.ª Convenção Nacional de Sindicatos de Arquitetos (CONSA), em janeiro de 1983.

Ilgenfritz salienta, ainda, que esta eleição foi profundamente discutida

pela categoria em três Encontros Nacionais de Sindicatos de Arquitetos (Ensas) e no último deles, em setembro do ano passado em Salvador (BA), foi encaminhada sua realização. Todo o processo eleitoral foi conduzido exclusivamente pelos arquitetos, sem qualquer interferência do Estado. Para o presidente da FNA, a eleição direta da FNA foi um "exemplo de democracia para o governo e para os demais sindicatos."

A nova diretoria, liderada por Newton Burmeister, assumirá no dia 20 de junho no Centro de Formação do SENAC, em Porto Alegre. A sede da entidade continuará sendo no Rio Grande do Sul, na Rua Felipe Camarão, 751, sala 1.008, bairro Bonfim, Porto Alegre. O Conselho de Representantes da FNA, composto por presidentes dos sindicatos filiados, estará presente para o ato de transferência dos cargos.

José Lima
(jornalista responsável)
Clóvis Ilgenfritz da Silva
(presidente da FNA)

tituído. Para obter o óleo de baleia é preciso persegui-las, caçá-las, matá-las, cortá-las derreter a gordura para transformá-la em óleo, purificar o óleo tirar o forte cheiro e usá-lo rapidamente antes que apodreça. Para a lubrificação de motores de alta precisão e de uso prolongado, o óleo de baleia já foi descartado e a procura do óleo de jojoba aumenta a cada dia. O Brasil ainda está importando esse óleo poderia ser um dos maiores produtores e exportadores pois a jojoba, sendo uma planta de deserto, adaptou muito bem ao clima do nordeste e pode produzir mais aqui do que no México e nos EUA, seus países de origem.

Outros países produtores de jojoba só conseguiram desenvolver essa agricultura após a proibição total da caça de baleias, livrando-se da pressão das indústrias baleeiras que, aliás, já se estão acabando pela falta de baleias a serem caçadas.

No dia 23 de maio deste ano alguns senadores impediram que o Projeto de Lei que proíbe a caça da baleia no Brasil fosse votado alegando que o fim da caça provocará desemprego, falta de carne e prejudicará o turismo.

A pesca à baleia é realizada no Brasil pela Copesbra, uma

multinacional que possui 17 navios na região, sendo que 16 são pesqueiros e só um é baleeiro. Os navios pesqueiros têm empregados brasileiros e o baleeiro emprega cerca de 250 "boias-frias" durante a temporada de caça, que vai de julho a dezembro. Os altos funcionários da atividade baleeira são japoneses, vindo anualmente do Japão com excelentes salários. Enquanto os "boias-frias" brasileiros têm baixa na carteira de trabalho a cada seis meses e passam os outros seis meses desempregados.

Os trabalhadores da Copesbra não têm assistência médica ou dentária e grande parte deles não têm alojamento nos casebres da companhia.

A atividade baleeira só rendeu para o Brasil 3 milhões de dólares em 1984, enquanto a atividade pesqueira rendeu 250 milhões de dólares no mesmo ano. A própria Copesbra pesca e exporta tubarão, cação, piramutaba, atum, camarão e lagosta.

Anna Guttemberg
(Diretora do Movimento Permanente de Proteção às Baleias, Golfinhos e Botos; do Pró-Jojoba Movimento Ecológico e Movimento Ambientalista Pró-Constituinte).

PALAVRA DE LÍDER

Direita, volver!

"Diante da massiva e permanente campanha dos meios de comunicação contra o PT e a CUT é preciso dar prioridade à organização e a mobilização social; jogar toda a força, mesmo num ano eleitoral, na luta pelos interesses e direitos dos trabalhadores."



A Nova República vai se consolidando e a palavra de ordem "DIREITA, VOLVER!" toma conta do país. Fruto de um acordo político entre a dissidência do PDS, a Frente Liberal e o PMDB, sob a tutela militar e as bênçãos do empresariado industrial-financeiro, ela materializou-se primeiro como um governo de transição, depois como mudança: era a "NOVA REPÚBLICA". Mas as mudanças não vinham porque era função da Assembléia Nacional Constituinte realizá-las: cabia ao governo da Aliança Democrática administrar a herança de 21 anos de ditadura militar. Assim, manteve-se toda estrutura jurídica institucional do regime anterior, e o poder continuou concentrado nas mãos do presidente da República. Congelaram-se as mudanças institucionais, deixando sobreviver o decurso de prazo, o decreto-lei, as medidas de emergência, o Conselho de Segurança Nacional, a legislação eleitoral-partidária, a Lei de Greve, a CLT, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional, enfim todo o chamado entulho autoritário. Com ele o presidente Sarney pode governar de costas para um Congresso Nacional sem prerrogativas e poder, e de frente para a reunião das nove da manhã com os ministros do SNI, da Casa Militar e do Gabinete Civil. É a ditadura travestida de poder civil.

No campo econômico e social, a "Nova República" resolveu a crise daqueles que a levaram para o poder, editando o pacote econômico de fevereiro, que busca pôr fim à inflação inercial, sanear o mercado financeiro e estabilizar a moeda, mas congela as mudanças econômicas e sociais e não só os preços. Estes, temporariamente; aqueles, se depender da AD, definitivamente.

Prova disso é a política da Aliança Democrática com relação aos graves e urgentes problemas da terra; da dívida externa e interna; do saneamento básico; da saúde, da educação e do emprego. O que vemos nestes setores é o avanço de uma política conservadora e de direita, que tem na violência o instrumento para impedir mudanças, que, se não vêm pela lei, serão impostas pela realidade, através dos movimentos sociais. Aos poucos os latifundiários armam grupos para-militares e, com a conivência - quando não com o apoio aberto - dos governos Estaduais e de seus policiais iniciam a repressão seletiva promovendo assassinatos em todo o país.

Tentando encobrir esta realidade, o governo Sarney e a Aliança Democrática fazem o discurso da dívida social a ser resgatada, lançam projetos-impacto

contra a miséria e a pobreza e criam projetos como o de Hélio Jaguaribe, tudo sob a ótica conservadora do assistencialismo estatal, que acoberta o clientelismo e a cooptação político-eleitoral. Nada de mudanças sociais e econômicas: as elites dominantes resgatam da ditadura militar a insensibilidade e o cinismo e só acordam quando as mazelas e desgraças do país saltam à luz, com revoltas populares e epidemias - como começa a ocorrer com o dengue e a febre amarela e com a retomada das lutas sindicais e populares que o pacote econômico procura amortecer ou, se possível, fazer desaparecer.

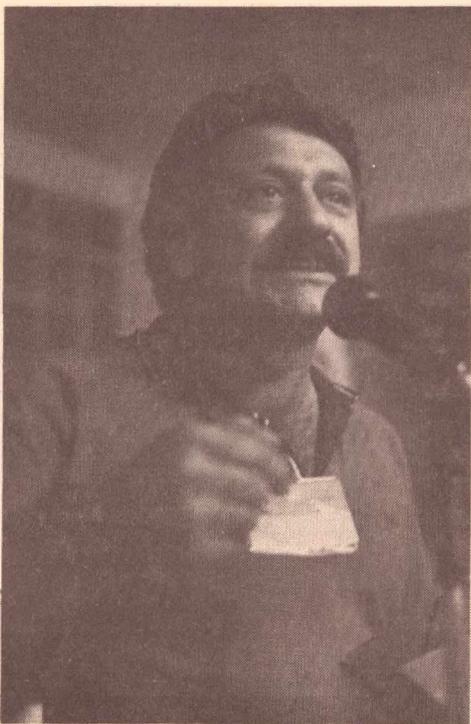
Para impedir a expressão política destas lutas sociais e, principalmente, a democratização do país, forjaram o Congresso Constituinte, filho natural do Congresso Eleitoral e dos acordos que levaram a Aliança Democrática ao poder. Toda manobra - que inclui manter a legislação eleitoral-partidária, as sublegendas, o tempo desigual na TV e Rádio, a impunidade para o uso do poder econômico e da máquina do Estado - visa tão-somente obter nas urnas e em eleições para a "Constituinte" uma maioria conservadora e de direita, que garantia, antes de mais nada, os privilégios e o status quo no Brasil.

Frente ao processo eleitoral controlado, a ofensiva contra a luta dos sem terra e pela reforma agrária; diante da massiva e permanente campanha nos meios de comunicação contra a CUT e o PT; contra a censura e o surgimento dos grupos de direita como a UDR (União Democrática Ruralista), é preciso dar prioridade à organização e mobilização social, e jogar toda força, mesmo num ano eleitoral, na luta pelos interesses e direitos dos trabalhadores.

Enquanto o objetivo central da tática do governo Sarney é despolitizar e desorganizar as lutas sociais não permitindo sua expressão institucional e política, nossa luta neste momento deve ser a de dar continuidade ao novo contra o velho. O velho é o entulho autoritário, o latifúndio, a dívida externa, a censura, o ensino pago; o novo é a continuidade da luta que o Colégio Eleitoral abortou. A Aliança Democrática e o governo buscam consolidar e institucionalizar seu poder na Constituinte, dando continuidade ao pacto que firmaram no Colégio Eleitoral. Para nós o fundamental é romper este pacto e introduzir na Constituinte a voz e os direitos dos oprimidos, abrindo canais que permitam a liberdade para a luta e a organização do poder popular, tendo como alvo a construção do socialismo.

José Dirceu

Darci Acorsi



Lisy Leuba Salum

cara nova no DN

O Encontro da Unidade

Em sua instância máxima o PT reafirma o seu caráter de partido de massas, democrático e socialista, recomenda limites aos direitos de tendências e aprova a expulsão dos implicados no assalto ao banco da Bahia.

A um ambiente de muito calor humano, e amplamente dominado pela chapa da Articulação, o Encontro Nacional do Partido aprovou quase que integralmente os programas e propostas de ação para os próximos dois anos, apresentados pelos órgãos diretivos do partido e pela própria Articulação. Eis as principais resoluções do Encontro e as principais emendas aprovadas:

Por um Sindicato livre

A proposta de linha sindical discutida e aprovada no Encontro de fins do ano passado foi aprovada quase que na íntegra, com emendas que não alteram sua essência. Foram reafirmados os princípios de luta contra o atrelamento do sindicato ao estado, pela liberdade e autonomia sindical, conforme a resolução 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e pelo fortalecimento da CUT. Em breve será publicado um livrinho consolidando o texto básico já emendado.

Cuidado com as coligações

Foram desautorizadas as coligações com partidos e políticos comprometidos com a Nova República. Tanto o PT da Bahia, que apoiou Waldir Pires, candidato do PMDB ao governo do Estado, como o de Pernambuco, que apoiou Miguel Arraes, para o

mesmo cargo, terão que realizar novos Encontros e rediscutir suas estratégias eleitorais. Mais um recurso pedindo que seja anulado o apoio do PT à candidatura de Fernando Gabeira - que não esconde seu projeto de fundar um "partido verde" - foi rejeitado, exatamente porque Gabeira não foi considerado como comprometido com a Nova República.

A contribuição financeira dos parlamentares

Eis a íntegra da emenda aprovada no Encontro, e que institui uma escala progressiva de contribuições, modificando resoluções anteriores do Partido:

Os candidatos, se eleitos, bem como os atuais detentores de mandatos, comprometem-se a entregar mensalmente ao tesoureiro da Comissão Executiva da respectiva instância, mediante comprovante escrito, contribuições financeiras que, sem descontos a quaisquer títulos, equivalham a percentagens, conforme tabela abaixo, do total líquido da remuneração mensal pelo exercício do cargo executivo ou parlamentar (vencimentos que se compõem da parte fixa, da parte variável, diárias por seções extras, ajuda de custo e mais extras, se houver; menos o IPM de renda e descontos previdenciários, se houver) recebida em dinheiro, conforme cópias xerografadas dos respectivos contracheques ou outros documentos.

Essa contribuição calcular-se-á segundo a tabela de percentuais e respectivos redutores abaixo, fixando-se limite máximo de 30% (trinta por cento) do total líquido, quando a aplicação da tabela representar percentuais superiores:

TABELA PARA CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES		
Remuneração Líquida (em salários mínimos)	%	Redutor (em salários mínimos)
I Até 10 sm	10	—
II Mais de 10 até 15	20	1,0 sm
III Mais de 15 até 20	30	2,0 sm
IV Mais de 20 até 25	40	3,5 sm
V Mais de 25 sm	50	5,5 sm
		= 30%

Vitória da Articulação

O plano de ação política e organizativa proposta pela chapa Articulação foi basicamente aprovado - com uma única emenda importante, a que trata das tendências dentro do partido (ver abaixo). Dos 334 delegados ao Encontro Nacional votaram 326, com 226 votos para a chapa 1 (Articulação) e 87 votos para a chapa 2 (Alternativa Operária Popular) reunindo algumas tendências. Houve ainda 7 votos em branco e 6 nulos. Na composição do novo Diretório Nacional, ampliado para 80 membros, a chapa 1 entra com 72,20% e a chapa 2 com 27,8%. Lula, mais uma vez, foi reconduzido à presidência do Partido, e mais uma vez avisou

que é preciso renovar e abrir caminho a novas lideranças. Acima dos argumentos subjetivos, foi considerado politicamente importante reconduzir Lula, tendo em vista a ofensiva dos meios de comunicação contra o Partido dos Trabalhadores em face do seu crescimento político e eleitoral.

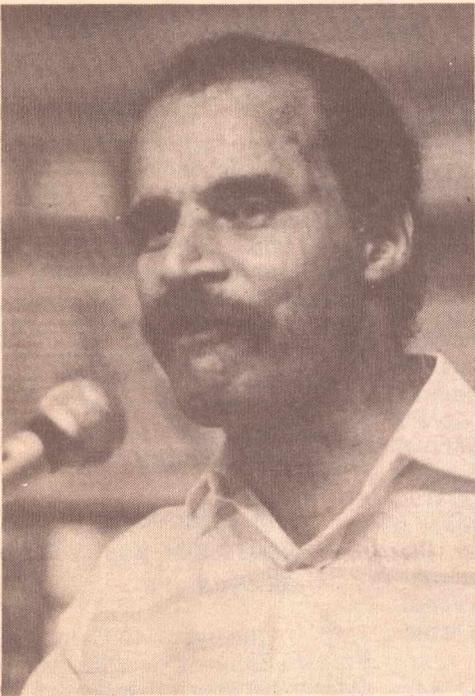
O Direito de Tendência

O Encontro Nacional reafirmou o caráter do PT como um partido de massas, democrático e socialista, e não como uma frente de organizações políticas. Mas assegurou o direito de tendência dentro do partido, desde que essas tendências obedeam à linha do partido, e recomendou ao DN que regulamente esse direito. O Encontro Nacional apoiou a decisão do DN de expulsar os filiados que assaltaram o banco na Bahia e recomendou a retirada de apoio a candidaturas de filiados com qualquer vinculação aos acontecimentos de Salvador, pedindo ainda que sejam desligados do partido. (Veja íntegra da resolução).

Por uma Constituição Popular

Foi decidido que o DN criará uma comissão para debater propostas concretas para a Constituinte. Eis a essência dessa reso-

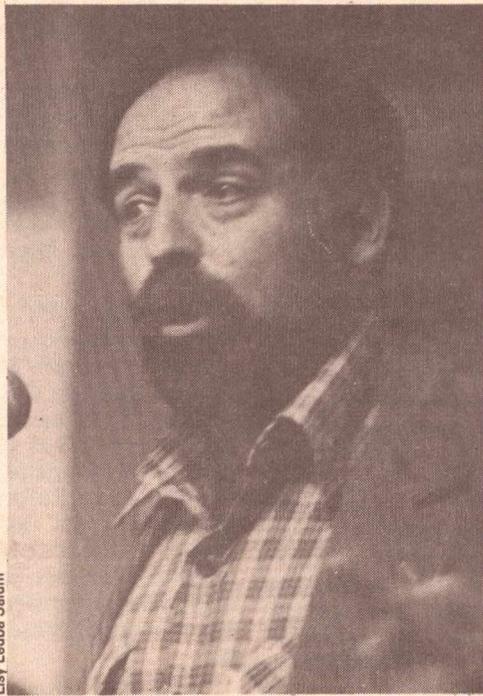
Djalma Bom



Lisy Leuba Salum

"de olho na Constituinte".

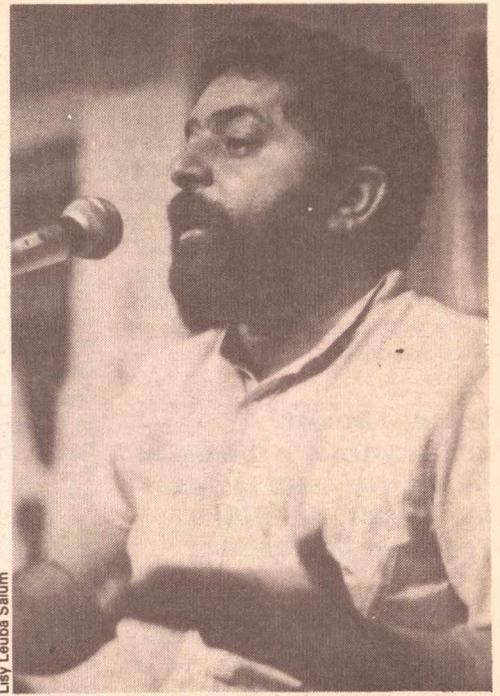
Marco Aurélio Garcia



Lisy Leuba Salum

o caso das tendências

Lula



Lisy Leuba Salum

Outra vez?

O Partido e as tendências

Íntegra da resolução do Encontro Nacional, apresentado por Marco Aurélio Garcia e José Álvaro Moisés.

I - O PT é um partido democrático, de massas e socialista. Não é, portanto, uma frente de organizações políticas, nem uma frente institucional de massas, que possa ser instrumentalizado por qualquer partido político.

II - Como partido democrático, o PT defende e exercita o reconhecimento da vontade da maioria, assegurando, ao mesmo tempo, a existência das minorias e seu direito à representação e manifestação em todas as instâncias do Partido.

III - O Encontro Nacional reconhece o direito de tendências e determina ao próximo Diretório Nacional que proceda a sua regulamentação. Mas o Partido entende que este direito não deve se estender a grupos que não abraçam o programa do PT nem acatam sua democracia e disciplina. Do mesmo modo, o direito de tendências não autoriza a militância em outros partidos que não o PT.

IV - Caberá ao Diretório Nacional, em sua primeira reunião, criar uma Comissão que terá como tarefas o seguinte:

a) promover em todo o partido um amplo processo de discussão que subsidie a regulamentação do direito de tendências;

b) encaminhar ao D.N. uma avaliação sobre a situação das tendências e organizações no PT, de modo a estabelecer, para o conjunto do Partido, as diferenças entre elas existentes;

c) além dessas atribuições, competirá à Comissão ouvir partes envolvidas em

disputas político-ideológicas regionais, dirimir divergências em face dessas questões e propor ao D.N. eventuais medidas disciplinares

V - No momento atual, a discussão sobre as tendências e organizações já iniciadas no PT ganha particular importância devido aos acontecimentos recentes de Salvador e seus desdobramentos sobre a vida do Partido. Nesse sentido, o Encontro apóia a decisão da CEN de expulsar os filiados acusados de estarem envolvidos na tentativa de assalto a um banco em Salvador.

VI - O Encontro recomenda aos filiados e candidatos do PT que não apoiem nem se associem a quaisquer candidaturas de companheiros que, por ventura, tenham alguma vinculação com os acontecimentos de Salvador. Ao mesmo tempo, determina que sejam levadas a efeito as gestões visando ao desligamento do PT desses companheiros, tendo em vista as evidentes divergências de concepção política entre eles e o Partido.

VII - Diante da gravidade dessas circunstâncias, o Encontro resolve que permanecem em vigor os critérios para eleição da Comissão Executiva Nacional, devendo o próximo Encontro Nacional, a realizar-se extraordinariamente em fevereiro de 1987, encaminhar a revisão das atuais normas, no sentido de garantir a participação das minorias em todas as instâncias dirigentes do PT.

lução apresentada pelo companheiro Djalma Bom, que pretende desembocar num anteprojeto de uma Constituinte popular:

Tendo em vista que as discussões para a definição de uma proposta final sobre a Constituinte não foram aprofundadas nas instâncias partidárias, propomos que:

1 - O Diretório Nacional eleito neste Encontro assumira esta questão como prioritária e crie: a) um Comitê Constituinte Coordenador, em nível nacional; b) Comitês Constituintes em todos os DRs, DMs, diretórios distritais e núcleos.

2 - A realização - em fevereiro de 1987 - de um Encontro Extraordinário do Partido, para decisão sobre o texto final do Partido dos Trabalhadores de Constituinte Popular, do qual farão parte os delegados eleitos para este Encontro e os companheiros eleitos em 15 de novembro.

3 - Propomos como texto básico para discussões os já elaborados pelo PT, em nível nacional, o texto do jurista Fábio Konder Comparato, editado pela Brasiliense sob o título *Muda Brasil*, e textos adicionais subsidiados pelo C. Constitucional Coordenador.



Lisy Leuba Salum

IV Encontro Nacional do PT — São Paulo, 30 e 31 de maio e 1.º de junho de 1986.



Por um PT sem falsos petistas

Desde seu surgimento o PT tem enfrentado crises que procuram interna e externamente descaracterizar seu trabalho e sua proposta político-partidária de organização dos trabalhadores. "Crises" em grande parte criada pela burguesia. O PT sempre se saiu bem delas e conseguiu garantir seu espaço e sua luta.

Devemos iniciar imediatamente a discussão política que, sem métodos autoritários, permita a depuração do partido

Por ter-se posicionado contra o Colégio Eleitoral. Por ter-se posicionado contra a negociação da Dívida Externa. Por ter mantido uma política de apoio às lutas populares e dos trabalhadores. Por ter sempre defendido a Liberdade e Autonomia Sindical. Por estar defendendo uma atuação a nível legislativo moralizante e independente. Por estar exercendo uma administração exemplar em Diadema, o PT cresceu eleitoralmente nas eleições de 1985 em quase todos os Estados, vencendo em Fortaleza e vencendo (mas sendo roubado em Goiânia) o PT ameaça o projeto de "transação" e dominação burguesa das elites brasileiras, inclusive de seus aliados à esquerda e à direita. Por tudo isso, e por se posicionar contra o pacote 2.284, hoje, o PT é o principal inimigo da Aliança Democrática, e esta, sem qualquer vacilo e com seus cinismos procurará nos torpedear e desarticular, nosso programa e nossa luta, tentando descaracterizar mais uma vez a luta dos trabalhadores.

Sempre nos saímos bem das crises que procuraram descaracterizar nossa proposta de organização política dos trabalhadores

Exemplo maior disso é o estardalhaço que o Governo e os meios de Comunicação de massa, fizeram e estão fazendo, sobre o frustado assalto de Salvador. Hoje sabidamente, praticado por filiados sim do PT mas jamais por Petistas, visto serem do proscrito PCBR (Clandestino) que nesta ação prestaram um desserviço aos trabalhadores e seu processo de organização para a ofensiva rumo ao socialismo que todos almejamos. Sou daqueles, petistas, que defendem a necessidade de iniciar imediatamente a discussão política entre os filiados e militantes, para a depuração ideológica do PT sem métodos autoritários, mas dentro da perspectiva de ampliação da proposta e programa do partido na construção da sociedade sem exploradores e explorados. Insistindo na defesa do pluralismo partidário, autonomia e liberdade de organização a todas as correntes de pensamento ideológico, e facilidade jurídica institucional para o funcionamento destas, à luz da democracia. Defender o PT de massas e democrático em todas as instâncias é um caminho a ser perseguido.

Diante disso gostaria de propor, para a discussão dos petistas e nossas instâncias de discussão e decisão os seguintes passos:

1 — Que o PT publique um manifesto à Nação, explicando a história do PT desde sua origem, sua atuação em Diadema e Forta-

leza, sua plataforma política e seus métodos de organização e luta. Que este manifesto seja lançado ao mesmo tempo em todo local que existir o partido através de ato público, assembleias, passeatas, shows, entrevistas coletivas etc.

2 — Que o PT, publique um jornal, lançando o número zero até o dia 15/06/86, constando desde a atuação dos parlamentares do PT, os candidatos do PT em todo o Brasil para 1986, as principais propostas do PT sobre Constituinte, Reforma Agrária, Dívida Externa, posição sobre o pacote econômico de 1986. Depois, manter esse jornal mensalmente, posteriormente quinzenalmente e depois passar para semanal.

3 — Que seja lançada uma campanha massiva dentro do PT, para que cada Diretório Municipal, Diretório Regional e/ou Comissão Organizadora intensifiquem a assinatura do Boletim Nacional e cumpra uma meta mínima de até 70% dos filiados serem assinantes.

Nosso único caminho é o de um partido de massas, democrático em todas as instâncias

4 — Que seja deslançada a proposta de formação política do PT, intensificando as discussões entre seus filiados, militantes e simpatizantes procurando o crescimento da consciência crítica de cada petista.

5 — Que seja incentivado e estimulado a nucleação do partido, e que saiam desses todas as discussões políticas e de ação partidária para o PT e seus filiados, bem como intervenção nas lutas sindicais, populares e políticas do País.

6 — Que em agosto e setembro o PT publique um número especial de seu jornal, colocando as questões dos escândalos do Serpro, Comind, Massonave Meridional, Delfin, Polonetas etc. Constar desse a história do movimento das diretas e daqueles deputados, senadores e forças políticas que na época estiveram contra e hoje onde estão, deixar claro o oportunismo destes.

7 — Que em agosto o PT lance ao mesmo tempo e em conjunto seus projetos e propostas finais sobre Constituinte e sobre as eleições de 86.

8 — Que o PT não utilize do Método de coligações e que renegue a sublegenda do discurso e da prática ainda este ano.

9 — Que o PT organize para dezembro um Encontro Democrático, que faça um balanço das eleições de 86, incluindo o crescimento de filiados ao Partido, a nucleação do Partido, os números de votos recebidos, os candidatos eleitos, a performance da Tesouraria Nacional, e assim por diante, para discutir e aprofundar a questão ideológica do PT e os petistas de duas camisas. Este Encontro deve ser aberto a todos os filiados, militantes e simpatizantes do Partido.

Um calendário de ações que nos coloque na ofensiva

10 — Que para esta Campanha Político Eleitoral de 1986, os candidatos petistas atuem no sentido do fortalecimento do Partido e da organização partidária, procurando os candidatos majoritários sair sempre em caravana para os shows, comícios, debates e outros eventos da campanha.

Estes são alguns pontos que acredito necessitem ser aprofundados. É necessário que o conjunto do partido entenda que precisamos assumir a ofensiva no momento político e na construção do socialismo.

Carlos Geraldo Megale
membro do PT/DF (Brasília)



Nota do BN - O Diretório Regional do PT de São Paulo já está elaborando um projeto de jornal semanal com os objetivos sugeridos no ponto 2 do artigo; Quanto à campanha de assinaturas do BN, lamentamos informar que apesar do incessante esforço de nossa parte, temos recebido apenas cerca de 300 novas assinaturas por mês. Para que o BN atinja um mínimo de sustentação, deveríamos receber, pelo menos, mil assinaturas por mês. Há centenas de dirigentes regionais e municipais do partido que ainda não são assinantes do BN. Acreditamos que essa dificuldade crônica do BN em se consolidar está de alguma forma relacionada com o problema da dupla militância, já que os "petistas" de duas camisas preferem seus próprios veículos de formação política. Concordamos, portanto, com a tese do companheiro de Brasília, de que o reforço imediato e do BN é um passo essencial no caminho da unidade partidária baseada no debate democrático e na educação política.



Eles seguiram a estrela

"Entro no campo para suar a camisa."



Dadinho, vestindo a camisa do PT

O PT este ano fará muitos gols no Pará. Com esta convicção o jogador Dadinho, artilheiro do Campeonato Paraense de Futebol, assinou a ficha de filiação do PT. Natural de Santo André no ABC paulista, este ex-metalúrgico e atual centro-avante do Clube do Remo, é casado com uma antiga operária da Swift de Santo André, Claudemira Soares. Dividindo sua atenção conosco e a filha Isabela de 2 anos, Dadinho deu ao Boletim Nacional a seguinte entrevista:

BN - Como você passou de metalúrgico a jogador profissional de futebol?

D - Eu jogava bola lá na fábrica, mas tinha que fazer o meu trabalho de operário. Em 1980, resolvi pedir demissão da GE para fazer uma tentativa de viver só do esporte. Fui jogar no Saad Esporte Clube, lá mesmo em São Caetano (ABC). Em 1982, me convidaram para vir jogar em Belém, no Clube do Remo, e eu resolvi aceitar.

BN - Por que você entrou para o PT?

D - Porque eu me identifico com a mensagem. Eu já trabalhei 5 anos numa firma metalúrgica, conheço a dureza da fábrica. Agora, como jogador eu continuo sendo um trabalhador. Um trabalhador do esporte, proporcionando lazer ao povo. E como trabalhador eu achei que o partido que tem uma mensagem boa para nós é o PT.

BN - Antes do PT, qual era sua experiência política?

D - Era apenas a leitura de jornais. Eu não conseguia me interessar muito, mas queria saber como as coisas andavam no Bra-

sil, aí eu lia jornal. Eu via as declarações do Lula e o trabalho de Humberto aqui na Câmara, em Belém, e ia comparando com o que os outros partidos estavam dizendo ou fazendo. Depois eu decidi me filiar ao PT e fiquei mais interessado pela política, pois acho que a gente pode ajudar o trabalhador através da política. Eu vejo assim, que a finalidade do PT é esta e para isto é necessário que todos nós trabalhadores entendamos de política.

BN - Fale sobre três problemas que afligem o esporte brasileiro e que podem ser abordados pelo PT na Constituinte.

D - O primeiro é a Lei do Passe que tem que acabar. Ele prende o jogador a um clube e ele fica cativo daquele clube. Ele só pode aceitar uma boa proposta de outra equipe se o clube de origem aceitar e se o clube que faz a proposta pagar o passe exigido. Seria bom se o jogador pudesse fazer o contrato de 3 anos e depois ter o passe livre como já acontece na Europa. O segundo é a aposentadoria. Para nós jogadores seria muito bom se existisse uma lei que nos permitisse aposentar aos 15 anos de serviço, que é quanto dura, em média, a vida profissional de um jogador. O terceiro são os salários. Há clubes que demoram dois a três meses para pagar o nossos salários e não há lei que faça os clubes honrarem esse compromisso.

BN - O que você acha da atual conjuntura política brasileira?

D - O que mais me impressiona é a dívida externa. O que o Brasil paga para esses bancos estrangeiros seria suficiente para resolver os problemas de milhares de trabalhadores brasileiros. Quando eu li uma vez o tanto de dólares que o Brasil paga de juros, e esta dívida nunca diminui só aumenta, eu fiquei espantado.

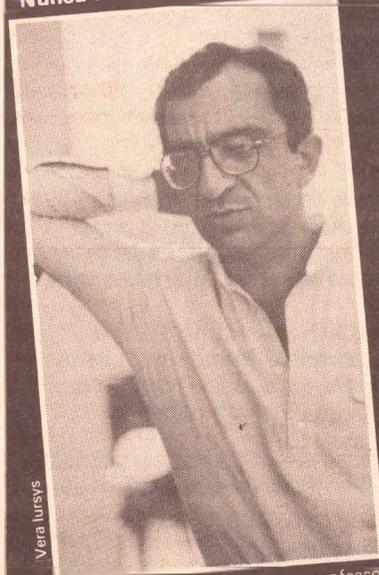
Não é possível a gente ver o nosso povo morrer de fome, faltando saúde e educação para os filhos, enquanto estas grandes empresas estão se enriquecendo às custas do nosso suor e do nosso sangue. Eu sou contra o pagamento desta dívida aqui dentro e melhorar a vida das nossas crianças e dos jovens, porque eles merecem viver em um mundo me-

lhor do que este que nós vivemos.

BN - Dadinho qual é o recado para a galera?

D - Eu só entro no campo para suar a camisa e estou entrando no PT para ajudar o partido. Eu quero ver o PT crescendo, a torcida vibrando, todos participando. Eu sou artilheiro do campeonato e se depender de mim o PT fará muitos gols no Pará.

"Nunca me imaginei candidato"



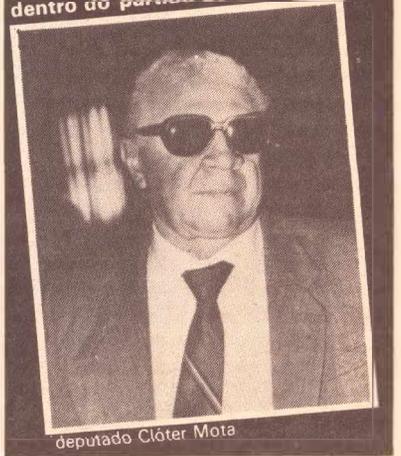
Vera Lusys

Arlindo Villaschi, economista e professor da UFES Universidade Federal do Espírito Santo

Arlindo Villaschi é o candidato do PT ao governo do Estado do Espírito Santo. Apesar de já ter sido técnico do planejamento e desenvolvimento do Banes — Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo — e secretário de Estado do Planejamento durante o governo Eurico Rezende, Arlindo não havia se filiado a nenhum outro partido antes de abril de 1985, quando entrou no PT. Foi convidado, na época, a fazer parte da chapa de Vitor Buaziz nas eleições para prefeito, mas não aceitou por considerar que não devia ser candidato com tão pouco tempo de filiação.

"Nunca me vi candidato mas a idéia de administrar o Espírito Santo sob a bandeira do PT é muito estimulante!"

"Não é possível defender os interesses dos trabalhadores dentro do partido do Governo."

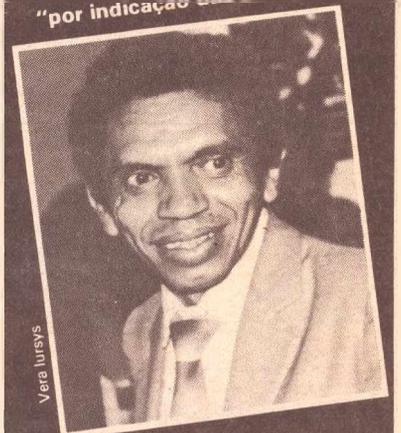


deputado Clóter Mota

O PT ganha mais um parlamentar, Clóter Mota, em Porto Velho — Rondônia. Fundador do PMDB em Rondônia, vem para o PT porque o exercício do mandato voltado para os interesses dos trabalhadores não era mais possível dentro do partido do governo. "Venho para o PT porque me identifico com sua luta pelo socialismo".

Em Espigão do Oeste, a 600 quilômetros da capital, o vereador mais votado do município em 82, Nilton Caetano de Souza, também entrou no PT totalizando três vereadores do partido no Estado.

"por indicação das bases"



Vera Lusys

Sérgio Cruz

"Entrar para o PT foi uma decisão tomada com a ajuda das bases; mas a razão fundamental é a identidade que tenho com a prática e o programa do PT."

Nossa bancada federal cresce quantitativa e qualitativamente com a entrada do deputado Sérgio Cruz. Ele já tinha uma prática petista e veio do PMDB para o PT trazido pelas bases e pelos trabalhadores rurais do Mato Grosso do Sul.

FILIE-SE AO



CONSTITUINTE



O livro **MUDA BRASIL** — Uma constituição para o desenvolvimento Democrático (2.^a edição), de Fábio Konder Comparato, é um anteprojeto de Constituição solicitado pela direção do PT para servir de base às discussões internas a uma tomada de posição política.

Muda Brasil está à venda na Sede Nacional do PT por Cz\$ 40,00 (sem incluir despesas de correio). Mande um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores para av. 11 de Junho, 260 CEP 04041 São Paulo SP (ou ligue para 575 2299).

UM PARTIDO DE MASSAS.

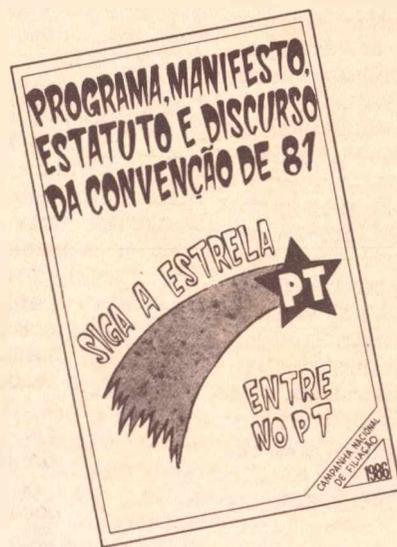


Por que o trabalhador precisa fazer política? Como fazer política? Pra que serve o partido político? Como surgiu o PT? De que forma o PT é democrático? A cartilha **O QUE É O PARTIDO DOS TRABALHADORES** responde! Esse caderno será peça fundamental no trabalho de iniciação de simpzantes e recém-filiados. A venda na sede nacional por Cz\$ 5,00.



"Este trabalho é uma tentativa de contribuir para que se acabe com a **caça às bruxas**, com o sentimento anticomunista, para que se passe a discutir a partir de posições e propostas políticas concretas e não de rótulos". O jornal **HISTÓRIA DAS ESQUERDAS NO BRASIL** custa Cz\$ 20,00 (não está à venda na sede nacional). Pedidos direto com o autor Antônio Ozai da Silva. Envie cheque nominal para Rua São Bento do Trairi, 132 - Vila IBG CEP 03249 - São Paulo - SP (fone: 011 371281).

NOSSO MANIFESTO



"Um partido diferente daqueles que os poderosos nos impuseram ontem e tentam nos impor hoje. Um partido feito por nós, para travar nossas lutas." (do Programa)
Você precisa ter o Programa, Manifesto e Estatuto do PT. Tudo reunido numa só publicação que você pode encontrar na sede nacional por Cz\$ 1,50. Faça seu pedido por carta escrevendo para: Av. 11 de Junho, 260 - CEP 04041 - São Paulo - SP (fone: 575-2299).

AVISO

A Secretaria Geral Nacional precisa urgentemente dos números 20 e 21 do Jornal dos Trabalhadores. Quem tiver e quiser doar envie para a sede nacional aos cuidados de Mauro ou telefone, para obter maiores informações, para (011) 575-2299.

AGUARDE!

Em breve estaremos anunciando a publicação da nova LINHA SINDICAL e da nova edição da cartilha de REFORMA AGRÁRIA.



A violência continua

A violência contra os índios em Rondônia continua flagrante, tomando proporções cada dia mais ameaçadoras. O próprio delegado da 15.ª Delegacia da Funai, em Vilhena, Aimoré Cunha da Silva, denunciou em coletiva à imprensa indícios de extermínio de índios arredios no município de Cerejeiras, numa área de 63 mil hectares, interdita pelo órgão, onde indigenistas estão impedidos de trabalhar por jagunços armados de espingardas, a mando de fazendeiros. No local, trezentos homens equipados com motos serras estão desmatando 450 hectares de floresta por dia. A antropóloga coordenadora da equipe de avaliação do Polonoeste no que diz respeito às questões indígenas, Beti Mindlin afirma que o genocídio desses índios é consequência do processo violento de asfaltamento de estrada, que permitiu a entrada de grandes empresas madeireiras, sem critérios para exploração e ocupação da região. Ela se disse apavorada com as perspectivas de asfaltamento da rodovia BR 429, que leva ao Vale do Guaporé.

Os mesmos latifundiários, apressados em acabar com todos os índios para descaracterizar a interdição da Funai em parte de suas fazendas, levaram a Polícia de Vilhena a denúncia de que padres do Conselho Indigenista Missionário estariam induzindo menores a assinar documentos, contrariando a legislação. Quando o que aconteceu na realidade foi que durante a programação da Semana do Índio foram recolhidas assinaturas da comunidade num abaixo-assinado a ser levado ao Presidente da República pedindo a proteção às terras dos índios e uma reforma agrária justa. Duas mil assinaturas foram apreendidas pela Polícia de Vilhena, dois padres tiveram que depor durante três e cinco horas cada um na delegacia, e outras treze mil assinaturas já foram enviadas à Presidência da República e a diversos ministérios.

O que torna a situação ainda mais grave é que a Funai está parada. O pacote autoritário que prevê a criação de superintendências regionais descentralizando o órgão está emperrado com a mudança na presidência do órgão. Além disto, a descentralização exigirá a criação de novas estruturas, mais recursos e funcionários. No atual contexto, alterações constantes na presidência e reformulações administrativas são expedientes usados para ganhar tempo, empurrando as questões indígenas para mais tarde. Até a Assembleia Nacional Constituinte, novas formas de se adiar a homologação de demarcação dos territórios indígenas aparecerão. Tudo leva a crer que os lobby antiindigenistas da Nova República pretendem acelerar o plano etnocida de emancipação do índio, criando leis que a facilitem dentro da Constituição. A estadualização da questão indígena que a descentralização da Funai tenta mascarar é cada vez maior. Hoje, o Conselho de Segurança Nacional se coloca como última instância para as propostas de regularização das áreas e as poucas garantias reconhecidas pela Lei são ignoradas ou propositadamente descumpridas.

Os argumentos da Funai de que a descentralização vai promover a retirada dos índios de Brasília, a ida de funcionários para as regiões e a proximidade com as áreas, melhorando a assistência, não convence. A Funai não é capaz de discutir a política indigenista

e com essa mesma política assistencialista que possui nada vai mudar. Ao contrário, abrirá nos Estados canais de assédio a pessoas descomprometidas com a causa facilitando ainda mais a penetração de grandes empresas nas terras dos índios. Já temos um decreto presidencial, que tramita no Supremo Tribunal Federal por sua inconstitucionalidade, permitindo a mineração em áreas indígenas. Outros absurdos aparecerão com a pressão antiindigenista de grupos localizados próximos às reservas.

No Senado Federal forma-se agora um bloco parlamentar de apoio ao índio, iniciativa do Senador Severo Gomes, que esteve recentemente com os Ianomani, na fronteira de Roraima com a Venezuela, onde voltou estupefocado com a situação em que vivem essas nações. O Partido dos Trabalhadores vai encampar essa luta em Rondônia, através da Assembleia Legislativa, engrossando as fileiras para assegurar a sobrevivência do que resta desses povos. É necessário o tratamento dos povos indígenas como setor social, organizado politicamente e com direitos específicos em seu relacionamento com a sociedade envolvente. É preciso que se tenha no País a definição de uma política indigenista oficial, que atenda realmente o índio e o mantenha dentro de seus padrões étnico-culturais. O Estado deve reconhecer o aspecto pluriétnico e plurinacional de seu território.

Clóter Mota

Líder do PT na Assembleia Legislativa de Porto Velho - Rondônia



Escravidão Branca

Em 19 de abril de 1986, fomos informados pela C.P.T. que havia um número grande de trabalhadores rurais que estavam trabalhando sob o regime de escravidão, a chamada escravidão branca!

Dirigimo-nos até Cerejeiras (eu e o companheiro Paulo Santana - Presidente do PT em Vilhena) e lá vimos e constatamos que havia, realmente, mais de cinquenta trabalhadores acampados no pátio da Prefeitura local, famintos e sem qualquer proteção legal. Informamos, por telex, ao Sr. Ministro da Justiça e pedimos urgentes providências; em seguida procuramos o poder Judiciário local e ficamos estupefocados com a sua posição: para o M.M. Juiz e para os Srs. Promotores, os trabalhadores eram apenas um bando de malandros irresponsáveis, a justiça de Cerejeiras só ouviu os fazendeiros, não dando atenção aos trabalhadores. Em contato com a OAB/RO, fomos informados que havíamos sido nomeados, representante legal daquela entidade para reivindicar o que fosse necessário, então enviamos telex para o Tribunal de Justiça local, pedindo um Juiz especial para presidir os inquéritos policiais, telex para a Secretaria de Estado de Segurança Pública, pedindo um delegado especial, e telex para a Procuradoria Geral de Justiça, pedindo um promotor de Justiça especial, para acompanhar todas as reclamações trabalhistas que deveriam ser interpostas. Em seguida remetemos ao Dr. Paulo Brossar,

um relatório, pedindo urgentes providências contra esse estado de coisas ilegais; e mais um relatório ao Sr. Ministro Almir Pazianotto, relatando o que acontece em Rondônia, atualmente.

Só recebemos resposta do Sr. Procurador de Justiça, informando que havia tomado as providências legais.

Além da escravidão branca, houve um grande massacre de índios na mesma área, não apurado até a presente data, por dificuldades surgidas, como ameaças que têm sido feitas contra a FUNAI e contra o Padre Manoel, do CIMI.

Estamos tentando ir até Brasília, em busca de melhores e mais enérgicas providências, para que os verdadeiros responsáveis por todos esses crimes não continuem na impunidade.

Silvio Roberto Maciel Freire

Advogado e militante do PT - Vilhena - RO



Reforma Agrária já!

As vésperas do assassinato do padre Josimo Moraes Tavares, entidades civis exigiram de Sarney, em carta aberta à população, que seja feita a Reforma Agrária. O documento elaborado e assinado em conjunto pela CPT de Barretos, Diretório Municipal do PT, DCE da Fundação Educacional de Barretos e pelo Núcleo da Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado de São Paulo - foi entregue a Sarney durante a visita que fez a Barretos. Eis a íntegra do documento:

Barretos, 19 de abril de 1986

É profundamente grave o problema agrário em nosso País, historicamente marcado por uma estrutura concentracionista, latifundiária e especulativa do uso da terra. Concentração esta, que se deu e se dá através da expulsão violenta do homem do campo, pelo assassinato impune dos camponeses e das lideranças rurais pelas milícias dos latifundiários.

A gravidade do problema agrário nacional atinge também as relações do campo em nosso município e em nossa região. Segundo dados do INCRA, toda terra de nosso município, encontra-se concentrada na mão de 900 pessoas proprietárias, ou seja, 1% da população de nossa cidade. Sendo que, mais de 70% de nossas terras estão em mãos de latifundiários.

Ao lado desta concentração fundiária, há uma massa de trabalhadores rurais, vivendo nas periferias de nossa cidade em condições subumanas de vida, de moradia, de alimentação e de trabalho. O transporte dos trabalhadores rurais é precário, não cumpre as ne-





cessidades mínimas de segurança legal, o que tem acarretado acidentes rodoviários com certa frequência, levando à morte ou invalidez vários trabalhadores de nossa cidade e da região. Não bastasse isso, recebem um salário desumano, em sua maioria sem registro em carteira, por isso estão excluídos do seguro desemprego do pacote econômico do governo. Sofrem a angústia do emprego temporário. E depois de passarem por toda esta via-sacra da crucificação, se sobrevivem a ela, e se se aposentam, é ridículo e anti-humano o que vêm a receber como aposentados. É preciso unificar o sistema de aposentadoria e de saúde pública.

Tal situação requer da sociedade brasileira, dos camponeses, dos bóias-frias e dos que se identificam com sua luta uma coragem histórica e uma ampla mobilização popular, para que se efetive em nosso País uma profunda reforma agrária. Sr. Presidente, para os espoliados do campo, democracia real só com reforma agrária radical.

E ao Governo, que se propõe democrático, cabe a intervenção corajosa e decisiva para que esta reforma agrária se efetive com urgência e eficácia, para o bem de toda sociedade brasileira e da própria democracia.

No entanto, o projeto oficial de reforma agrária (1.º PNRA) não vem ao encontro destas exigências e necessidades dos traba-

lhadores do campo, e contraria as promessas eleitorais da Nova República, por diversas vezes reafirmadas por Vossa Excelência, de realizar uma séria, justa e profunda reforma agrária nos moldes do Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964), frente ao qual o 1.º PNRA constitui um grave recuo. Cabendo aqui lembrar que o Estatuto da Terra foi elaborado pela ditadura militar.

Por isso, o povo de Barretos, abaixo assinado, vem reivindicar como direito inalienável de todo o povo brasileiro uma ampla e massiva reforma agrária, para que se consiga uma justa distribuição e uso social da terra, e uma paz duradoura no campo. Especificamente reivindicamos:

— Imediata aprovação e aplicação dos planos regionais.

— Ao mesmo tempo, profunda revisão e consequente ampliação do 1.º PNRA, com real participação dos trabalhadores rurais através de suas entidades de classe (CONTAG, CUT, CGT, Movimento dos Sem Terra) nas decisões, na aplicação e na fiscalização do plano de reforma agrária.

— Que a revisão do 1.º PNRA tenha como base o Estatuto da Terra e a proposta do MIRAD/INCRA.

— Que o Governo assuma as reivindicações elaboradas e aprovadas no 4.º Congresso dos Trabalhadores Rurais.

— Que o Governo assuma com coragem e vontade política a desativação imediata das milícias armadas dos latifundiários.

— Que coloque fim à impunidade dos assassinatos dos camponeses e líderes sindicais, e severa punição aos responsáveis. Um governo que se propõe democrático não pode ser conivente com assassinatos de camponeses, como foi o governo da ditadura militar.

Compreendemos que “a Reforma Agrária é sempre um processo de transferência de poder e de direitos dos latifundiários para os camponeses, ou seja, Reforma Agrária é um processo contra os latifundiários, destinada a destruir seu poder” (José G. da Silva).

Sr. Presidente, somente uma reforma agrária que tenha por base a definição acima, poderá romper com esta secular estrutura agrária de violência e exploração ao homem do campo e criar justiça social nas relações agrárias do nosso querido Brasil.

Sem esta ruptura com a atual estrutura agrária, latifundiária de nosso País, que se volta a atender os interesses dos trabalhadores sem terra, não haverá verdadeira democracia e muito menos Nova República para 120 milhões de brasileiros.

Fraternalmente
Saudações Democráticas



CARTAS DO LULA

Ibiraci (MG), 18 de março de 1986.

Prezado Lula, sou simpatizante do Partido dos Trabalhadores desde sua fundação e fervoroso defensor de seu nome, pois, como você, sou um trabalhador. Sou bancário, trabalho no Banespa.

Estou escrevendo esta carta, pois, como simpatizante de sua pessoa e de suas idéias, gostaria de saber se posso trabalhar, aqui na região de Franca, pela sua candidatura a uma vaga na Constituinte. Quero dizer que considero indispensável a sua voz e a sua liderança na futura Assembléia Constituinte. Considero que só quando nós trabalhadores tivermos uma participação ativa nos destinos da Nação é que as coisas melhorarão para a classe trabalhadora. Saudações.

Igor Virgílio da Silva

S. Francisco de Sales (MG), 13 de abril de 1986.

Venho pela presente dar meus parabéns ao companheiro pela posição tomada diante do fato divulgado pela imprensa sobre pretensos companheiros nossos assaltando bancos.

Parabéns e parabéns ao companheiro por ter tomado medida enérgica no fato.

Caso seja constatado que essas pessoas são filiadas ao partido, esperamos a expulsão dos mesmos, pois nosso partido não é partido de bandidos. Saudações Petistas.

José Pedro Bizerra
Presidente do Sindicato dos
Trabalhadores Rurais de

S. Francisco de Sales e vogal do PT

São Luís, 17 de março de 1986.

Acabo de assistir, pela TV, ao programa do PT, em que o repórter lhe fez perguntas a respeito da posição do partido quanto às recentes medidas econômicas do governo.

Cada vez mais aumenta minha admira-

ção por V. Ex., fazendo ressaltar que o povo brasileiro precisa aproveitar esta oportunidade em que se sente valorizado, para lutar pelas grandes aspirações da nossa sociedade, a começar pela Reforma Agrária. Sem ela, o bem estar a que aspiramos não passará de sonho!

O programa que acaba de ser levado ao ar teve enorme valia para esclarecer o povo, que precisa considerar o controle do congelamento dos preços como ponto de partida para as mais importantes batalhas que continuam a desafiar-nos.

Com a maior estima e irremovível admiração subscrevo-me atentiosamente

Iracema Barbosa Cardoso

Moreno (PE), 20 de abril de 1986.

Sou de origem camponesa, nasci na cidade de Ibirajuba, agreste meridional de Pernambuco. Meus pais, vítimas do êxodo rural, estão morando na cidade do Moreno, ele trabalha em uma pequena firma e minha mãe em outros afazeres.

Sou Agrônomo recém-formado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Portanto, comunico-lhe que a partir de hoje estarei engrossando as fileiras do Partido dos Trabalhadores, o qual eu já admirava pela sua coerência partidária, não se aliando a qualquer agremiação partidária, peço-lhe que mantenha essa postura. Na próxima semana estarei visitando a sede do partido, aqui na cidade do Recife.

Essa minha decisão foi devida a uma série de análises, onde verifiquei que o PT se identifica com os meus ideais e anseios. Antes era simpatizante do PMDB.

Na certeza de ajudar e cumprir as propostas do partido e de ser mais um companheiro a enfrentar essa dura batalha em prol da classe trabalhadora e dos menos favorecidos, agradeço a atenção.

Salvador Barros Torres

Belo Horizonte, 14 de abril de 1986.

Caro Lula,

Gostariamos de prestar solidariedade ao PT - Partido dos Trabalhadores - neste momento em que estranhos acontecimentos levam o nome do PT aos noticiários mais inexplicáveis e até absurdos.

Nós, que estivemos companheiros nas épocas mais negras da vida nacional, queremos lembrar a necessidade de estarmos juntos nestes e nos próximos momentos, cruciais no processo de implantação de um estado de direito e de justiça em nosso País.

Esperamos que o companheiro continue assumindo, com a bravura e a dignidade que sempre marcaram a sua ação, a necessária liderança, para que não mais se repitam posições destoantes e desconexas com as propostas do partido, como aconteceu no episódio do show de Milton Nascimento em Campinas e agora, mais gravemente, nos acontecimentos de Salvador. Não queremos, sobretudo agora que o PT — um partido tão identificado com as lutas de nosso povo — está exposto aos acontecimentos que fogem à sua responsabilidade e aos seus princípios, estar distante de quem foi e é aliado na mesma esperança e luta.

“O presente é tão grande
Não nos afastemos,
Não nos afastemos muito,
Vamos de mãos dadas”

Drummond: Mãos dadas

Receba o nosso fraternal abraço,

Márcio Ferreira

Produção Milton Nascimento

“É duro ser petista”

Antônio Dias (MG), 8 de maio de 1986.

Companheiros

Sou militante do PT há quatro anos e não me filiei ao partido porque trabalhava na USIMINAS, e a empresa demitia automaticamente quem assim procedesse. Alguns companheiros porém, foram mais corajosos do que eu e assumiram esta luta; e formaram o grupo FERRAMENTA que se candidatou às eleições sindicais em 1985. As pressões da chefia da USIMINAS assumiram moldes de tortura e lavagem cerebral, acusando e caluniando os companheiros. Foi então que percebi que era chegado o momento de também me unir ao grupo FERRAMENTA, e me ofereci para ser mesário da chapa, mesmo sabendo que seria demitido logo após as eleições. Vencemos o primeiro turno das eleições e durante a semana que antecedeu o segundo escrutínio, as pressões da USIMINAS aumentaram. O jornalista Carlindo Marques conta tudo no livro O Massacre de Ipatinga, publicado pelo sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo.

Minha chefia me isolou numa sala de onde só poderia sair depois que o sinal tocasse e meu chefe me esperava na portaria da empresa. Numa quinta feira, companheiros nossos distribuía boletins fora da empresa, o Chiquinho me pediu que buscasse um boletim para ele ler e eu fui, então, ele arranhou duas testemunhas para provar que eu tinha saído do local de trabalho sem autorização, apesar de meu cargo me permitir trânsito livre nas portarias, e as testemunhas assinaram, ainda, que eu havia saído para me encontrar com um homossexual e que havíamos nos beijado ali no portão da Usina. Fui demitido duas semanas depois, por justa causa, e perdi todos os meus direitos de nove anos de trabalho no centro de pesquisa. Eu era presidente da Associação Cultural do departamento, tinha publicado um trabalho sobre Camões e meu nome ia sair como co-autor da tese de mestrado de um engenheiro, dois livros de literatura publicados (Poesias de meninos e Corpo e sonho).

Sou formado em metalurgia e estudava administração de empresa. Sou casado e pai de dois filhos André Luiz e Judsamar. Tenho muitas dúvidas na cabeça. Queria saber até que ponto vamos ter que continuar aceitando que destruam nossas vidas, nossos sonhos, e continuaremos não dizendo nada. Quero ser livre, viver a minha vida e assumir meus erros, quero ser julgado por Deus, não pelos homens.

Atualmente estou morando em Antônio Dias, Minas Gerais, e estou aguardando resposta dos companheiros para trabalhar com o partido aqui. O Partido dos Trabalhadores é visto por toda a comunidade como a melhor alternativa e eu acredito que vamos vencer as eleições.

Os companheiros do PT de Antônio Dias estão com o partido registrado até 1987 e querem formar uma nova direção, provavelmente eu venha assumir este trabalho junto com eles.

Agradeço o apoio que os amigos do PT de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo me deram e a turma do grupo FERRAMENTA. Perdemos uma eleição sindical porque as pressões foram violentas. A resposta dos trabalhadores virá nas eleições deste ano.

Raul Dias Barbosa de Castro



Shalom Petista!

São Paulo, 16 de maio de 1986

Companheiros do Boletim Nacional, em virtude da complexidade de que se reveste a existência histórica dos judeus, temos sido definidos como uma das “grandes religiões da humanidade” ou então como uma “classe”.

Pois bem, não somos nem uma nem outra coisa. Somos um povo cuja tradição milenar acreditamos ser útil para auxiliar na construção de uma nova sociedade no Brasil, onde os descendentes de cada grupo de imigrantes poderão fornecer à cultura brasileira aquilo que eles possuem de melhor.

Temos ainda que a imensa maioria dos judeus não é propriamente formada por burgueses, mas sim de profissionais das camadas médias (artesãos, técnicos, intelectuais etc.) que estão, da mesma forma que outros brasileiros, sofrendo um intenso processo de achatamento salarial, com conseqüente perda em sua qualidade de vida.

Dessa forma acreditamos que o PT é o partido que reúne as aspirações de todos os trabalhadores, independentemente de sua herança cultural, e que construirá uma sociedade socialista e democrática, que respeite os direitos de todos os grupos étnicos. Shalom Petista!

Eli Waldman

Caixa Postal 13803 - CEP 01216

Tauá pede socorro

Tauá (CE), 19 de maio de 1986

No dia 27 de abril, estive em Fortaleza participando da Convenção Estadual do PT e foi nesse mesmo dia que recebi a notícia de que a livraria da qual sou proprietário havia pegado fogo. Realmente o fato ocorreu. Esta livraria era popular na cidade, vendíamos os livros, jornais e documentos que davam uma visão mais crítica da nossa realidade. Isso para uma cidade do interior é avançado.

A livraria não tinha seguro nenhum. O que nos restou foi uma dívida de setenta mil cruzados que temos que pagar.

Foi feita uma perícia, mas até agora não saiu o resultado. O perito que esteve aqui demorou muito pouco e não mostrou muito interesse pelo caso.

Sou militante do PT, faço parte do diretório Estadual (CE) e minha esposa é presidente do diretório Municipal e militante no movimento de oposição da APEOC. Decidimos fazer esta comunicação para que, a nível nacional, os companheiros saibam o que se passa com os petistas do interior nordestino. Sabemos que há um trabalho de impedir de todas as formas o avanço do PT no Brasil.

Temos muitas dúvidas com relação ao motivo do incêndio. A maioria da população acha que foi premeditado devido a nossa posição política. Também achamos. O pior é que ainda não encontramos pista nenhuma...

Se algum petista quiser ajudar na reconstrução da livraria, nossa conta é do Banco do Brasil - Agência Metropolitana em Fortaleza-CE n.º 62.166/8 em nome de Aduato Cavalcante Filho. Não dispomos de nenhuma condição de pagar nossas dívidas tão cedo e gostaríamos de ter alguma condição mínima para recomendar uma nova venda. PT saudações!

Aduato Cavalcante Filho

CUPOM DE ASSINATURA

Faça já sua assinatura enviando um cheque juntamente com este cupom ao PARTIDO DOS TRABALHADORES — BOLETIM NACIONAL — Av. 11 de junho, 260 — CEP 04041 — São Paulo — SP

QUERO SER ASSINANTE DO BOLETIM NACIONAL

Nome

Ruan.º

CEPCidadeEstado

Anual — Cz\$ 20,00

Bianual — Cz\$ 30,00

Em caso de renovação da assinatura ou mudança de endereço, anexe ao cupom a etiqueta de envio do Boletim.



Pela Paz e pela Justiça, *Padre Josimo Tavares, presente*

No dia 10 de maio de 1986, às 12h30, foi assassinado, em Imperatriz do Maranhão, com dois tiros pelas costas, o filiado e militante do Partido dos Trabalhadores de Goiás, Josimo Moraes Tavares.

Josimo, que vinha denunciando a violência e a impunidade nos conflitos de terra na região de Goiás conhecida como "Bico de Papagaio", era sacerdote da Igreja Católica, vigário da Paróquia de São Sebastião do Tocantins.

Há cerca de 20 dias, Josimo Tavares havia sofrido um atentado a bala, quando se dirigia de carro de Goiás para o Maranhão. Na ocasião, dois pistoleiros dispararam cinco tiros contra seu automóvel, não conseguindo, contudo, acertá-lo. O fato foi denunciado amplamente, a nível nacional, ao Ministro da Justiça, ao Governador de Goiás e a outras autoridades que prometeram dar segurança a Josimo. Providências efetivas neste sentido não foram, contudo, tomadas. E Josimo Tavares caiu, ao que tudo indica, vítima dos disparos dos mesmos dois pistoleiros que cometeram o primeiro atentado.

Fica claro para todos que a morte de Josimo se relaciona com as atividades da UDR - União Democrática Ruralista, entidade terrorista que, à luz do dia, promove leilões de animais com o fito de comprar armas e financiar as ações criminosas dos latifundiários no Brasil.

Dez dias depois do primeiro atentado sofrido por Josimo, a UDR-Goiás emitiu Nota Oficial, publicada em vários jornais do País, onde admitiu - segundo



suas próprias palavras - "não se poder duvidar de que realmente Padre Josimo Moraes Tavares te-

nha sofrido o susto de um possível atentado. Deve estar começando a colher os primeiros

frutos da violência que vem se-meando há anos no Norte goiano, adubada com pregações de muita violência e irrigada com muito sangue de inocentes" (Correio Braziliense, 25/4/86; página 20). *Agora se constata, lamentavelmente, que a ameaça velada da UDR se concretizou.*

O Partido dos Trabalhadores não consegue entender como a chamada "Nova República" permite que organizações terroristas tenham permissão de agir livremente, assassinando trabalhadores rurais e suas lideranças. A cada dois dias tomba, em média, um trabalhador rural, vítima das balas do latifúndio, acobertadas pelos governos da "Aliança Democrática".

Por uma questão de justiça, o PT exige que se divulgue, através dos meios de comunicação, a que partidos políticos pertencem os que assassinaram mais de duzentas lideranças de trabalhadores rurais, só no ano passado. *A que partido político pertencem os assassinos de Tião Rosa da Paz, de Nativo da Natividade Oliveira, de Josimo Moraes Tavares?*

Quando até o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário identifica, *em relatório oficial*, a UDR como entidade antireforma agrária, deixando claro que os recursos obtidos por esta organização "são publicamente anunciados como destinados à compra de armas", não é mais possível permitir a existência em nosso meio destes agrupamentos incapazes de conviver numa sociedade democrática.

Goiânia, 12 de maio de 1986

*Executiva Regional
do PT Goiás*



BOLETIM NACIONAL

Órgão informativo da
Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Av. 11 de Junho, 260 CEP 04041 - São Paulo-SP/fone: 575-2299

N.º 19 - Junho de 1986

Editor: Bernardo Kucinski/ Secretária de Redação e Produção: Marisa Lourenço/ Diagramação: José Ramos Neto/ Revisão: Gilberto D'Angelo Braz/ Composição, Fotolito e Impressão: DCI/ Tiragem: 20.000 exemplares.

IMPRESSO

BOLETIM NACIONAL PT
LUIZ SERGIO GOMES DA SILVA
RUA JOAQUIM TAVORA, 1589
04015 SÃO PAULO SP

